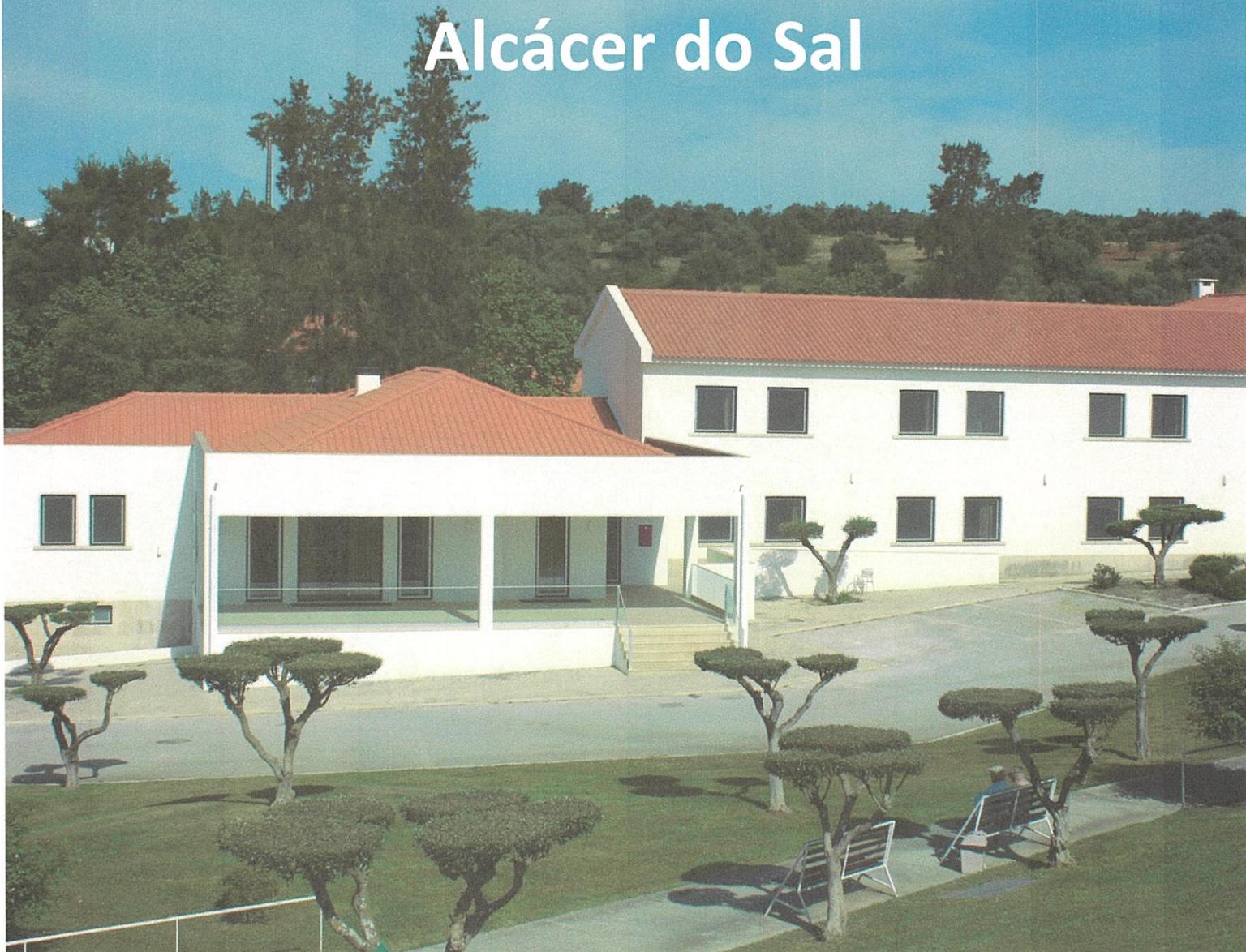


Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal



Relatório de Atividades e Contas
do Exercício e Parecer do
Conselho Fiscal do Ano de 2023



“É precisamente a fé e a razão, quando andam de mãos dadas, que são capazes de valorizar a cultura do ser humano, impregnar o mundo de sentido e construir sociedades mais humanas, mais fraternas e, consequentemente, cheias de Deus, mais justas e inclusivas”.

Papa Francisco citando São Tomás de Aquino (2023)

Alcácer do Sal 19 de março de 2024

Irmãos,

No cumprimento da legislação em vigor e no disposto no Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, submetemos à apreciação e votação dos Irmãos, o Relatório e Contas com a respetiva proposta de aplicação de resultados, referente ao exercício de 2023.

O contexto económico, financeiro e social condicionado pelos sucessivos conflitos internacionais, projetou o cenário macroeconómico para o crescimento da economia em 2023, mais brando face ao ano de 2022.

O ano de 2023 foi ainda marcado pela subida generalizada da inflação no início do ano, quer em Portugal quer na zona Euro, atingindo valores históricos. Tal acontecimento originou a subida continua das taxas de juro, decretada pelo Banco Central Europeu, como forma de conter esse contexto inflacionista que se ia verificando.

Convictos das dificuldades que temos vindo a atravessar, que são um conjunto de circunstâncias, tais como, a inflação, o aumento das taxas de juro, os acontecimentos na Europa e no Médio Oriente, todas vieram criar constrangimentos na vida da maioria das famílias, afetando gravemente a economia social, assim como os mais carenciados e desfavorecidos. A desaceleração verificada na economia, é, em grande parte, explicada pela conjugação dos fatores atrás descritos.

Apesar de todos os condicionalismos acima descritos, a Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal apresentou um resultado líquido de €: 249.689,76 no final do exercício de 2023.

Assumimos o compromisso de dar continuidade ao trabalho até aqui desenvolvido e contamos com o empenho de todos os que fazem parte desta Instituição, órgãos sociais, dirigentes, técnicos e restantes Colaboradores, para atingir o objetivo mais importante que é a sustentabilidade no médio e longo prazo, da nossa Santa Casa.

Cumpre-nos agradecer a disponibilidade de todos para o cumprimento desta missão, ao serviço dos mais necessitados e desfavorecidos.

Em nome da Mesa Administrativa quero agradecer a todos os Colaboradores, a todos os Fornecedores e a todas as Instituições que conosco colaboram.

O Provedor
Manuel Fura Jorge

Relatório de Atividades de 2023

Por determinação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, vem a Mesa Administrativa apresentar à consideração da Assembleia Geral o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023 E O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal (SCMAS), desenvolve duas respostas sociais, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), composta por três residências, Rainha D. Isabel, José Godinho Jacob e Emília Matos.

A estrutura residencial constitui-se como uma resposta social destinada a alojamento coletivo, num contexto de “residência assistida”, para pessoas com idade correspondente à idade estabelecida para a reforma, ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia que, por opção própria, ou por inexistência de retaguarda social, pretendem integração em estrutura residencial. A ERPI desenvolve atividades de apoio social e prestação de cuidados adequados e ajustados às necessidades, orientados para a promoção da qualidade de vida e para a condução de um envelhecimento sadio, autónomo e ativo.

A resposta social ERPI é desenvolvida em três residências distintas:

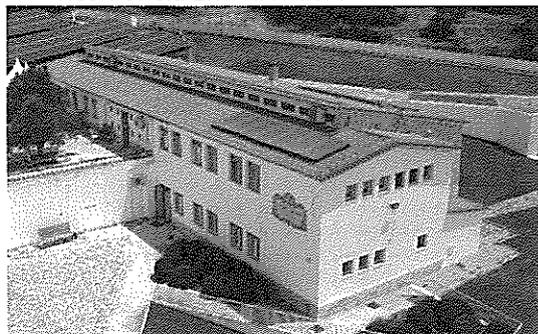
 Residência Rainha Dona Isabel



 Residência José Godinho Jacob



✚ Residência Emília Matos



O progressivo envelhecimento demográfico, decorrente do desenvolvimento socioeconómico, da ciência e da tecnologia, é um fenómeno marcante da sociedade moderna. Sendo um fenómeno biológico, psicológico e social, o aumento da longevidade, nem sempre corresponde a um nível de bem-estar ou a um grau de autonomia que possibilite aos mais velhos uma vida de acordo com as suas necessidades e expectativas.

❖ **Caracterização da população residente**

No que diz respeito à idade dos residentes a média era de 86 anos. Ressalvamos ainda que os residentes com idades superiores aos 90 anos representam um total de 37 residentes e que 80% dos residentes são do género feminino.

Tabela nº 1 – Distribuição dos Residentes por intervalos de anos de idade

<i>Género</i>	<i>55 a 60</i>	<i>70 a 74</i>	<i>75 a 79</i>	<i>80 a 84</i>	<i>85 a 89</i>	<i>90 a 94</i>	<i>95 a 99</i>
<i>Feminino</i>	0	3	10	15	37	24	7
<i>Masculino</i>	2	3	4	3	6	6	0
<i>Total</i>	2	6	14	18	43	30	7

No ano de 2023 o tempo de permanência médio em ERPI dos residentes era de 3,86 anos. O intervalo compreendido entre um a três anos regista um total de 46 residentes, seguindo-se 29 residentes há menos de um ano. É de salientar a existência de oito residentes que permaneceram mais de 10 anos nesta Instituição.

Tabela nº 2 – Tempo de permanência em ERPI

Intervalo de Anos	ERPI Rainha D. Isabel		ERPI José Godinho Jacob		ERPI Emília Matos		Total
	Género Feminino	Género Masculino	Género Feminino	Género Masculino	Género Feminino	Género Masculino	
Menos de 1 ano	11	3	11	1	3	0	29
1 a 4 anos	21	9	6	1	8	1	46
4 a 7 anos	8	3	3	1	3	2	20
7 a 10 anos	8	2	3	0	4	0	17
10 a 13 anos	5	0	0	0	1	0	6
13 ou mais anos	1	1	0	0	0	0	2

No ano de 2023, no total das três Estruturas Residenciais, registaram-se 26 admissões das quais 22 do sexo feminino e quatro do sexo masculino, como podemos observar na tabela 3.

Tabela nº 3 – Admissões em ERPI no ano de 2023

ERPI	Género Feminino	Género Masculino	Total de Admissões
Rainha D. Isabel	10	3	13
José Godinho Jacob	9	1	10
Emília Matos	3	0	3
Total	22	4	26

Em contrapartida houve 24 falecimentos. A diferença entre o número de falecimentos e número de admissões prende-se com o facto de se ter transitado do ano 2022 para o ano 2023 com duas vagas por preencher.

Tabela nº 4 – Falecimentos em ERPI no ano de 2023

ERPI	Género Feminino	Género Masculino	Total de Falecimentos
Rainha D. Isabel	11	1	12
José Godinho Jacob	10	1	11
Emília Matos	1	0	1
Total	22	2	24

A promoção da independência e manutenção das capacidades existentes nos nossos residentes são a prioridade nos cuidados diários, pelo que é de salientar, no nosso universo de 96 residentes, nenhum se encontra acamado (não realiza levante do leito). Deste modo, todos os residentes realizam levante diário, para cadeirão reclinável (residentes que apresentam incapacidade de deambulo) ou cadeirão não reclinável (residentes com mobilidade condicionada a pequenos percursos). A capacitação de estratégias de adaptação a auxiliares de marcha (bengala, andarilho), bem como a realização de carga, para os residentes que ainda apresentem essa capacidade, é sempre promovida em todos os pequenos percursos, tal como a promoção da deambulação fora do edifício quando os residentes assim o desejem.

No que concerne às quedas dentro da Instituição, registaram-se 50 episódios, salientando-se que apenas 1 episódio necessitou de cuidados mais diferenciados, no qual o residente teve necessidade de ser suturado, por apresentar ferida incisiva ao nível da cabeça. Na globalidade, trataram-se de quedas amparadas ou assistidas, causadas por desequilíbrios ou perdas de força.

Ao nível da dependência na eliminação, é sempre prioritário o acompanhamento dos residentes com necessidade de apoio nas idas ao wc, promovendo assim a manutenção da continência de esfíncteres. Os residentes que utilizem fralda de forma contínua, são regularmente prestados os cuidados de higiene e trocados também no wc, segundo plano instituído, promovendo deste modo a manutenção da capacidade de realização de carga, a prevenção de lesões por humidade e a higiene e conforto pessoal.

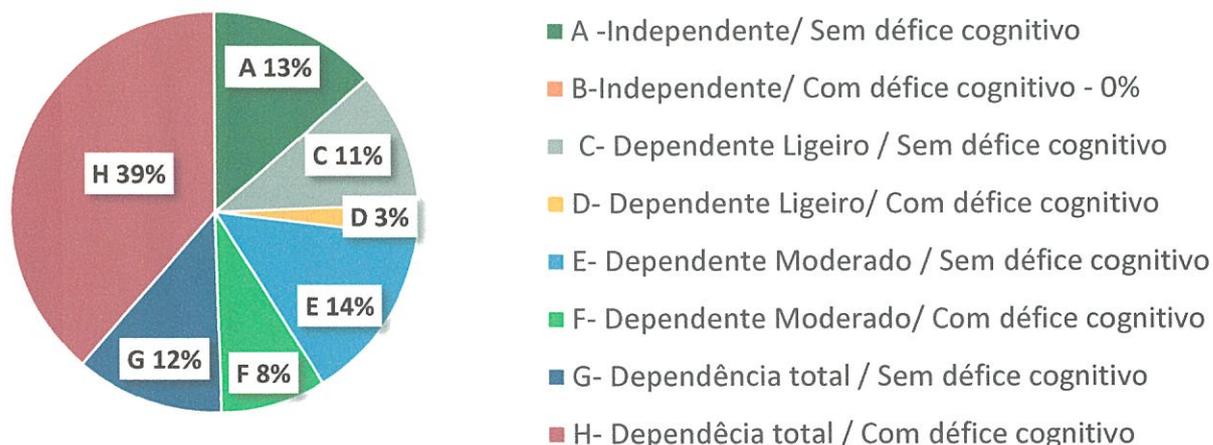
Por outro lado, as feridas existentes foram de etiologia cirúrgica ou de lesões dermatológicas, na sua maioria causadas por humidade das zonas afetadas (pregas cutâneas e sulcos intra nadegueiros).

As úlceras de pressão, apenas se categorizaram no nível I (eritema não branqueável) não existindo à posteriori, evolução das mesmas nas categorias subseqüentes, pelo que foram de rápida resolução. Importante mencionar ainda que, cerca de 2 úlceras por pressão se deveram à utilização de prótese de perna e aparelho de suporte respiratório noturno (CIPAP). Foi revisto e modificado o plano de posicionamentos no período noturno (posicionamentos com os residentes no leito), que revelou benefícios e resultados.

Para tornar a intervenção e as atividades mais específicas e orientadas para as necessidades de cada pessoa, caracterizou-se os residentes da SCMASAL com base nas suas funções cognitivas e grau de independência/dependência.

Para tal, foram aplicadas duas escalas: Índice de KATZ que avalia o grau de “dependência” ou “independência” do idoso na realização das atividades básicas da vida diária e o MINI MENTAL STATE EXAMINATION que permite avaliar a função cognitiva do residente determinando se este se encontra “com défice cognitivo” ou “sem défice cognitivo”.

Caracterização dos residentes SCMASAL 2023



Através do cruzamento e interpretação de dados destas duas variáveis, estado cognitivo e estado de dependência, agrupou-se os residentes em 8 grupos distintos que estão referidos no gráfico acima. Para além das variáveis acima avaliadas, no planeamento/dinamização das atividades são sempre tidos em conta os objetivos definidos pela equipa no Plano Individual (PI), as características individuais de cada residente (história de vida, valores, religião e ocupações), bem como a parte social, afetiva e emocional.

No ano de 2023, cerca de 24 % dos residentes da ERPI apresentaram diagnóstico de demência, contudo este valor fica aquém daquilo que é a realidade uma vez que ainda existe resistência de algumas famílias a procurar uma avaliação junto de um médico especialista. Para aprofundar os conhecimentos acerca desta problemática, realizou-se formações, nesta área, que permite capacitar a equipa e estruturar o funcionamento do novo edifício José Godinho Jacob para receber pessoas com demência.

❖ Dinâmica Funcional

No ano de 2023 foram implementadas novas estratégias de intervenção, nomeadamente através do reforço das encarregadas e da equipa técnica no terreno para obter um feedback quase imediato, com o intuito de poder atuar prontamente.

Com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços de limpeza foi criado um projeto de qualidade. Esse projeto teve início no mês de outubro e envolve a verificação diária da qualidade da limpeza nos espaços das diversas ERPI's utilizando a ferramenta SoftGold para realizar o registo. No mesmo âmbito, foi criado o procedimento de uma vez por semana efetuar-se a verificação das avarias pelas ERPI's, SoftGold para o registo.

Nos três meses do projeto no ano de 2023 foram realizados 9 dias esta verificação. Esse registro de identificação das avarias é posteriormente entregue ao colaborador da manutenção para reparação das mesmas.

De outro modo, a partir de outubro, as encarregadas iniciaram a monitorização dos registos das colaboradoras no programa SoftGold durante cinco dias por semana. Após a monitorização dos mesmos, e caso exista irregularidades, as encarregadas reúnem com a colaboradora em questão para tentar esclarecer eventuais dúvidas e/ou identificar o problema. Essa conversa é posteriormente registada no SIR- Livro de ocorrências do SoftGold, criado especificamente para esta finalidade. Da mesma forma, foi também criado um livro de ocorrências para registos relacionados com os residentes e/ou familiares. Foi ainda estabelecido o procedimento de verificação da roupa no roupeiro dos residentes pelas encarregadas, com os objetivos de identificar necessidade de roupa dos mesmo para posteriormente ser solicitada aos familiares, bem como para verificação da arrumação dos roupeiros.

Relativamente aos técnicos foi solicitado a partir do mês de outubro um reforço dos mesmos no terreno. Distinguindo o período da manhã, nos cuidados direcionado para as enfermeiras e terapeuta ocupacional, e o período da tarde, no envolvimento das colaboradoras na dinamização de atividades direcionado para a animadora sociocultural e psicomotricista. Este acompanhamento tem como objetivo a identificação de dúvidas e necessidades que possam existir com o intuito de as esclarecer nomeadamente através de ações de formação, bem como passar e reforçar estratégias às cuidadoras para que estas, junto de cada residente, consigam estimular e manter o grau de autonomia de cada um.

Uma vez mais a SCMAS trabalhou no sentido de estreitar a relação entre residentes, família e a Instituição através da promoção de sensibilização dos familiares para uma maior participação e envolvimento na vida dos residentes, nomeadamente na realização de visitas, saídas com os residentes e telefonemas. Continua a ser regra desta Instituição não existir horários de visitas, possibilitando e facilitando os familiares a realizarem visitas nos horários que lhes são mais convenientes. No ano de 2023 foram realizadas nas duas ERPI's um total de 2293 visitas, que equivale a uma média de 6 visitas diárias. Por outro lado, também houve uma grande afluência de saídas dos residentes registando-se um total de 1277 saídas ao longo do ano.

A SCMAS é reconhecida como uma Instituição que presta cuidados de excelência indo ao encontro dos gostos e interesses individuais de cada residente. No ano de 2023 houve uma grande procura para inscrições para a ERPI, contabilizando um total de 92 inscrições no ano de 2023, sendo que dessas inscrições 19 candidatos foram posteriormente admitidos.

No seguimento de prestar cuidados individualizados continuam a ser reavaliados de 6 em 6 meses os Planos Individuais de Cuidados (PIC's) tendo contributos dos diversos técnicos. No PIC identifica-se as necessidades de cada residente traçando objetivos através de estratégias individualizadas para cada residente. Um dos objetivos dos PIC's é que os mesmos sejam uma ferramenta de trabalho para os técnicos e consequentemente para as cuidadoras. Neste sentido, deu-se continuidade às reuniões mensais de PIC's e reuniões de equipa técnica semanais para discussão de temas com o objetivo de melhorar os cuidados prestados aos residentes.

❖ **Intervenção multidisciplinar**

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal constitui-se por uma equipa multidisciplinar, formada pela Animadora Sociocultural, Terapeuta Ocupacional, Psicomotricista, e duas Enfermeiras que têm como principal objetivo promover um envelhecimento ativo através de dinâmicas e atividades que são realizadas diariamente com os residentes. Para além das atividades dinamizadas individualmente por cada serviço, esta equipa desenvolve em conjunto atividades com objetivos específicos e diferenciados, a fim de estimular e manter as capacidades remanescentes do residente e melhorar o seu bem-estar, satisfação, participação social e envolvimento na comunidade.

Ao nível de cuidados de Enfermagem, assegurados de segunda a sexta-feira, foram garantidas todas as vigilâncias, pensos e procedimentos técnicos necessários, pelos elementos em regime de part-time, durante os primeiros seis meses do ano.

No mês de Junho foi admitida uma Enfermeira a tempo integral, com a função de coordenação da equipa, que maioritariamente cumpre o período da manhã e tarde. No referido mês, duas das Enfermeiras a tempo parcial cessaram funções. Em Setembro, integrou a equipa mais um elemento de Enfermagem para colmatar a ausência de Enfermeiro no período da tarde e noite (até as 20h), garantindo-se assim, sempre o acompanhamento da equipa de Auxiliares do Gabinete, que se manteve com o mesmo número de elementos. As Auxiliares do Gabinete Médico asseguraram todas as questões relacionadas com a saúde dos residentes, nomeadamente terapêutica, consultas, vigilâncias diárias de rotina e de urgência.

Na tabela seguinte estão representadas todas as atividades dinamizadas individualmente e em grupo durante ano de 2023 pela equipa multidisciplinar tendo em conta a divisão dos residentes pelos grupos referidos anteriormente no gráfico.

Tabela nº 5 – Atividades dinamizadas

Atividades 2023	Publico elegível	Nº total de sessões	Nº de residentes participantes	Não total de participações
Sessões de Movimento	Todos os grupos	125	110	1980
Musicoterapia	Todos os grupos	83	85	363
Estimulação Sensorial (Ativ. Sensoriais, Jardinagem culinária)	Todos os grupos	163	53	1661
Estimulação cognitiva (Bingo, Atividade de reminiscência e palestras, pinturas, damas, dominó e Tablet, histórias em Roda)	Todos os grupos	407	79	1129
Passeios pela comunidade	Todos os grupos	47	63	320
Ida à biblioteca	A, B, C, D, E	7	57	97
Promoção da marcha e verticalidade	Todos os grupos	diariamente	diariamente	diariamente
Atividades no exterior (Missa exterior, Praia, idas ao cemitério)	A, B, C, D, E	12	41	125
Arte terapia	Todos os grupos	88	57	354
Regresso às origens	Todos os grupos	6	52	52
Sala de SNOEZELEM	Todos os grupos	4	3	6
Avaliação funcional	Todos os grupos	258	119	258
Comemoração de aniversários	Todos os grupos	118	118	118
Terço	Todos os grupos	82	67	907
Eucaristia	Todos os grupos	14	76	252
Datas comemorativas/festividades da ERPI	Todos os grupos	9	119	1071
Datas comemorativas/festividades do município/ outras instituições	Todos os grupos	8	40	118
Wii-Nintendo	A, B, C, D, F, G	46	37	205
Hidroginástica	A, B, E	1	3	3
Gerontopsicomotricidade	Todos os grupos	95	69	852
Treino de AVD's (Banho alimentação, autocuidados, vestir/despir)	B, C, D, E, G, H	83	18	83
Monitorização/Apoio nos cuidados	Todos os grupos	98	44	98
Mobilização articular ativa e passiva no leito	G, H	88	5	88
Terapia Respiratória	G	68	1	68
Intervenção com StandingTY	D, G	22	5	22
Treino de transferências	B, C, D, E, G, H	38	14	38
Treino de Marcha	B, C, D, E, F	489	19	489
Treino de utilização de grua	E, F, G, H	9	5	9
Legenda:	Atividades desenvolvidas em Equipa	Animação Sociocultural	Psicomotricidade	Terapia Ocupacional

Neste ano, houve um aumento do número de atividades realizadas na comunidade, como idas à praia, idas à missa, feiras e touradas anuais, cripta arqueológica, teatro, caminhadas pela comunidade, idas ao café, visitas às aldeias com o “Retorno às Origens” onde os idosos visitaram as suas casas e cemitérios da sua localidade, participaram ainda em convívios dinamizados pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal, bem como na peregrinação das Misericórdias em Fátima.

Em 2023, deu-se início às sessões terapêuticas na sala de Snoezelen, direcionadas para alguns casos mais específicos de demências e depressão profunda.

Paralelamente a estas atividades, foram também organizadas algumas festas em datas comemorativas como o Carnaval, Santos Populares, São Martinho e o Natal, para todos os residentes, havendo a abertura para as famílias participarem nas festividades desde o mês de junho, dando maior ênfase para as sardinhadas dos Santos Populares e para a festa de Natal, esta última que após o interregno de 3 anos se voltou a realizar.

❖ Serviço de Apoio Domiciliário

O SAD presta os seguintes serviços:

- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- Tratamento de roupa do uso pessoal do/a utente;
- Atividades de socialização, designadamente lazer, animação, cultura e aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocações a entidades da comunidade;
- Administração de medicação prescrita pelo médico;
- Transporte;
- Cuidados de imagem;
- Realização de pequenas modificações ou reparações no domicílio.

Em 2023, foram admitidos 11 utentes, sendo seis do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Dos 11 utentes, oito solicitaram dois serviços e três utentes solicitaram três serviços. Sendo a alimentação o serviço mais solicitado seguido dos cuidados de higiene e conforto pessoal.

Houve um total de 15 utentes que saíram da resposta social, sendo que cinco integraram a ERPI da SCMAS, cinco saíram por motivos familiares, um integrou a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), um integrou uma ERPI em Setúbal, dois integraram os Cuidados Paliativos e houve um falecimento.

Tabela nº 6 – Serviços Prestados

Género	Alimentação	Higiene Pessoal	Higiene Habitacional	Tratamento de Roupa	Apoio na Medicação	Acompanhamento a Consultas	Reparações no Domicílio
Feminino	21	8	13	6	5	2	1
Masculino	7	3	6	5	0	1	0
Total	28*1	11*2	19	11	5	3	1

*1 dos 28 utentes, com pequeno almoço e almoço, 14 têm almoço e jantar.

*2 dos 11 utentes com higiene pessoal, 2 utentes têm higiene 2 vezes por dia.

A equipa do Serviço de Apoio Domiciliário continua a fazer um acompanhamento próximo e adequado às necessidades de cada utente, de forma a satisfazer os serviços solicitados.

Tem existido mais diálogos entre a Diretora Técnica e a Equipa de Ajudantes Familiares de modo a solidificar a relação e a colmatar alguns problemas existentes entre os pares.

❖ Financiamento

As duas respostas sociais desenvolvidas pela SCMAS, Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário, possuem Acordos de Cooperação com a Segurança Social.

As vagas reservadas são aquelas cuja ocupação em ERPI é efetuada por indicação dos serviços competentes da Segurança Social e que são mantidas durante dois meses, podendo ser preenchidas pela Santa Casa no final desse período.

Tabela nº 7 – Tipologia das Vagas

Resposta Social	Capacidade	Vagas em Acordo	Vagas em Acordo Reservadas	Vagas Sem Acordo
Rainha D. Isabel	60	60	6	0
José Godinho Jacob	42	15	3	27
Emília Matos	21	21	2	0
SAD	40	40	0	0

Os residentes e ou famílias participam nas despesas de funcionamento do serviço pela utilização do equipamento social, mediante o pagamento de um valor estabelecido em função do serviço prestado e dos rendimentos do agregado familiar. A esse pagamento chamamos de participação familiar que no ano de 2023, em ERPI, teve um valor médio de 941,49 euros. A Segurança Social participou cada residente em 523,29 euros.

O custo médio mensal por residente em 2023 incluindo amortizações foi de 2.027,45 euros, se retirarmos as amortizações o custo foi de 1.897,51 euros.

O Custo mensal suportado pela SCMAS por cada residente foi de 562,67 euros incluindo as amortizações e de 432,73 euros retirando esse custo.

As ERPI's apresentaram um prejuízo de 455.763,90 euros.

Outras Atividades

Farmácia

Foi dada a continuidade ao trabalho que permitiu mais uma vez aumentar o seu resultado financeiro. De realçar a participação na vacinação da população contribuindo de uma forma decisiva na protecção dos alcacerenses.

Prédios Rústicos

Mantiveram-se os trabalhos de melhoria dos povoamentos, através da limpeza de matos, desbastes e desramações na Herdade de Casas Novas e Arapouco.

Foi extraída cortiça na Herdades dos Cachopos, verificou-se uma quebra de 26% na quantidade extraída uma vez que secaram muitos sobreiros nos últimos anos, prevendo-se o agravamento nos próximos anos.

A produção de pinha foi mais uma vez muito baixa não se prevendo alteração desta realidade nos próximos anos.

Com um cenário de degradação das condições edafoclimáticas prevê-se uma alteração na composição da flora e conseqüentemente a inexistência dos produtos florestais explorados actualmente.

Há muito que esta realidade é uma preocupação da Mesa Administrativa que tem vindo a procurar novas formas de rentabilizar estes activos. Em 2023 foi assinado um contrato promessa para a instalação de uma central fotovoltaica que ao ser executado será uma fonte de rendimento que permitira colmatar a situação descrita.

Prédios Urbanos e Praça de Touros

Foi efetuada a manutenção mínima de forma a conservar e dar resposta aos inquilinos nos prédios urbanos.

No que diz respeito à praça de touros foram efetuadas manutenções pontuais inadiváveis, exigidas pelo IGAC. Foi outorgado um contrato de comodato com o município de Alcácer do Sal que permitirá requalificar o edifício criando uma sala de espetáculos multiusos.

Factos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2023.

Perspetivas futuras

A sustentabilidade da Instituição nos próximos anos passa por aumentar a receita das respostas sociais com o aumento progressivo das participações familiares e das participações da Segurança Social aos residentes, complementado com a gestão das vagas privadas da Residência José Godinho Jacob.

Reabilitação dos prédios urbanos, nomeadamente a requalificação da zona envolvente à igreja da Misericórdia e o prédio junto ao centro de emprego.

As alterações climáticas, nomeadamente a falta de chuva, o aumento da temperatura média e o aumento das captações de água a grandes profundidades, estão a condicionar fortemente a produção de pinha e cortiça e conseqüentemente a sustentabilidade deste setor, sendo essencial a procura de novas forças de rentabilizar este património.

Atividade Económica

No decorrer do exercício as vendas e prestações de serviços (mensalidades) tiveram um crescimento de 9,1% tendo sido a venda de produtos florestais o factor principal desta subida, cerca de 263.767€ e os subsídios recebidos diminuíram 3.644€, o que representa um decréscimo de 0,43%. A nível dos recursos humanos foram feitos ajustes no sentido de conter custos sem perda da qualidade dos serviços prestados, no entanto por força do aumento do R.M.M. verificou-se um acréscimo de cerca de 10% nos gastos com o pessoal. Estas variações foram as principais responsáveis para o resultado líquido passar de 104.774€ em 2022 para 249.689€ em 2023.

Atividade Financeira

O ativo manteve-se estável apresentando um valor de 15.488.381,27€. O passivo teve uma diminuição de 26,4%, cifrando-se nos 1.273.335,54€.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os resultados líquidos no valor de **249.689,76 Euros** sejam transferidos para **Reservas Estatutárias**.

Alcácer do Sal, 19 de março de 2024

A MESA ADMINISTRATIVA

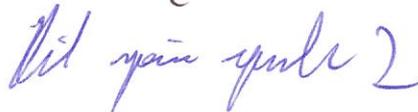
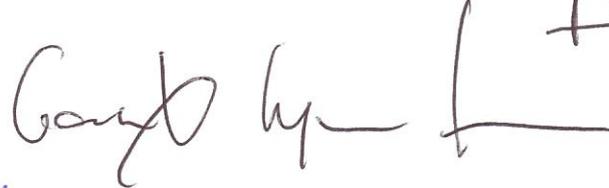
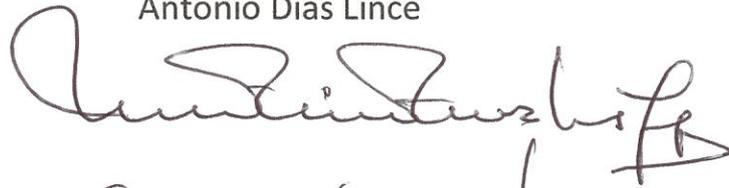
Manuel Francisco Fura Nunes Jorge

Gonçalo Pereira Lynce de Faria

David João Gonçalves Perna

Rita Bebiana Cabral Rito

António Dias Lince



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2023

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	13.525.657,31	13.694.784,85
Ativos biológicos	7	505.913,40	505.913,40
Outros Investimentos financeiros	19	22.725,89	34.746,89
		14.054.296,60	14.235.445,14
Ativo corrente:			
Inventários	8	233.720,91	222.465,50
Créditos a receber	9	19.371,87	97.579,58
Estado e outros entes públicos	10	1.445,51	21.887,47
Outros activos correntes	11	209.468,82	161.898,58
Diferimentos	12	8.421,61	7.340,40
Caixa e depósitos bancários	13	961.655,95	979.489,69
		1.434.084,67	1.490.661,22
Total do Ativo		15.488.381,27	15.726.106,36

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

BALANÇO INDIVIDUAL
Dezembro 2023

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos	20	6.034.992,02	6.034.992,02
Outras reservas	20	5.746.705,31	5.641.931,39
Resultados transitados	20	184.767,38	184.767,38
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	20	1.998.891,26	2.028.374,44
		13.965.355,97	13.890.065,23
Resultado líquido do período	20	249.689,76	104.773,92
Total dos fundos patrimoniais		14.215.045,73	13.994.839,15
Passivo:			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	555.555,68	694.444,56
		555.555,68	694.444,56
Passivo corrente			
Fornecedores	17	107.233,65	133.555,85
Estado e outros entes públicos	10	53.036,69	91.645,17
Financiamentos obtidos	16	138.888,88	138.888,88
Diferimentos	12	68.032,43	93.933,78
Outros passivos correntes	18	350.588,21	578.798,97
		717.779,86	1.036.822,65
Total do passivo		1.273.335,54	1.731.267,21
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		15.488.381,27	15.726.106,36

Página 2 de 2

A Mesa Administrativa:

[Handwritten signatures and notes]
 A Mesa Administrativa: *[Signature]*
[Signature] *[Handwritten note]*
[Signature] *[Handwritten note]*

O Contabilista Certificado:

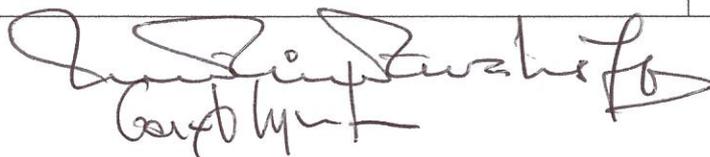
[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

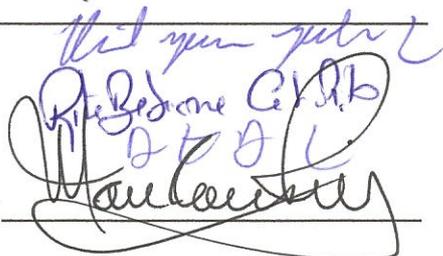
dez-23

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2023	2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	22	3.173.301,84	2.909.534,60
Subsídios, doações e legados à exploração	23	828.103,44	831.747,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1.617.066,39)	(1.497.960,35)
Fornecimentos e serviços externos	24	(489.888,76)	(475.312,98)
Gastos com o pessoal	25	(1.931.736,23)	(1.755.113,78)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	(4.984,05)	(14.090,13)
Outros rendimentos	26	557.473,48	410.079,25
Outros gastos	27	(52.096,53)	(88.081,38)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		463.106,80	320.802,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(197.102,65)	(211.341,96)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		266.004,15	109.460,33
Juros e rendimentos similares obtidos	28	10.751,50	269,68
Juros e gastos similares suportados	29	(27.065,89)	(4.956,09)
Resultado antes de impostos		249.689,76	104.773,92
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		249.689,76	104.773,92



A Mesa Administrativa: _____



O Contabilista Certificado: _____

Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2023

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	9	3.251.509,55	2.911.224,21
Pagamentos a fornecedores	17	2.144.532,76	-1.931.388,84
Pagamentos ao pessoal	25	1.931.736,23	-1.755.113,78
Caixa gerada pelas operações		-824.759,44	-775.278,41
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos	11 / 18	975.837,31	1.180.772,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		151.077,87	405.493,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis	5	-27.975,11	-533.083,30
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	19	-1.366,52	-9.269,89
Outros activos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	19	13.387,52	305,61
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	15	12.790,10	265.760,41
Juros e rendimentos similares	28	168,75	179,80
Dividendos		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-2.995,26	-276.107,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos	16	-138.888,88	-138.888,88
Juros e gastos similares	29	-27.027,47	-3.950,28
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-165.916,35	-142.839,16
Variáveis de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
		-17.833,74	-13.452,94
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 / 13	979.489,69	992.942,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 / 13	961.655,95	979.489,69
Variáveis de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-17.833,74	-13.452,94

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Irmãos.

No cumprimento do disposto nas alíneas a) e c) do número um do artigo trigésimo primeiro do Compromisso da Irmandade, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia, reunido hoje, apreciou o Relatório de Actividades, Balanço e Demonstração de Resultados relativo ao exercício de dois mil e vinte e três, de forma a permitir apresentar à Assembleia Geral o seu parecer constante da seguinte proposta: -----

=PARECER=

Primeiro: Que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas apresentados pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício de dois mil e vinte e três. -----

Segundo: Que ao Resultado Líquido do exercício seja dada a aplicação que a Mesa Administrativa propõe. -----

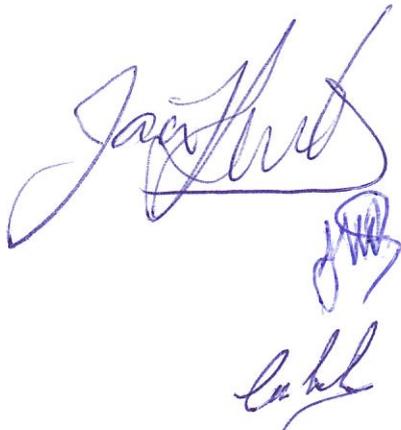
Alcácer do Sal, 20 de março de 2024

O Conselho Fiscal

Jacinto Manuel Jordão Rodrigues Santos

Francisco Luís Mendes de Carvalho

Carlos Miguel Vicente Sobral



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

Exercício de 2023

1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é uma instituição particular de solidariedade social, sediada no Olival do Coronel, em Alcácer do Sal, tendo sido constituída em 1518, tendo como objeto principal a Economia Social, nos termos da respectiva Lei de Bases e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, as atividades de apoio social para pessoas idosas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a que as mesmas reflitam fidedignamente as operações da Instituição, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI)

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados, não tendo sido derogadas quaisquer disposições da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2022.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 - Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

3.1.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.3 - Ativos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.1.4 - Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são valorizados ao custo depreciado. Os ativos biológicos (consumíveis ou de produção) são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o valor a registar em inventários.

3.1.5 - Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

3.1.6 - Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

3.1.7 - Inventários

Os Inventários são valorizados ao seu custo histórico. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados pelo disposto na NCRF 17.

3.1.8 - Estado e outros entes públicos

De acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas

Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, por despacho de 23/05/1989 do Ex.mo Senhor Subdiretor-Geral das Contribuições e Impostos, viu reconhecida a isenção de IRC para os rendimentos das Categorias C, E, F e G.

3.1.9 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.1.10 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações

financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.11 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

3.1.12 - Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

3.1.13 - Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

3.1.14 - Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Instituição;

3.1.15 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.1.16 - Gastos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os gastos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

3.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

3.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

4 - Fluxos de caixa

O caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Rubrica	2023	2022
Caixa	18.473,37	69.093,71
Depósitos à ordem	293.182,58	260.395,98
Outros depósitos bancários	650.000,00	650.000,00
Outros instrumentos financeiros		
TOTAL	961.655,95	979.489,69

5 - Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2023 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Classe de ativos \ Valores apurados	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	5.677.646,49	8.216.278,79	1.549.196,89	181.936,45	238.335,50	102.680,97	2.390.840,46	18.356.915,55
Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(3.064.870,85)	(1.447.221,74)	(137.225,05)	(231.915,74)	(102.638,66)		(4.983.872,04)
Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.151.407,94	101.975,15	44.711,40	6.419,76	42,31	2.390.840,46	13.373.043,51
Período			136.977,55				396.105,75	533.083,30
Aquisições								
Alienações								
Depreciações do período		(149.219,31)	(46.251,90)	(12.891,42)	(2.979,33)			(211.341,96)
Outras alterações					42,31	(42,31)		0,00
Fim do período	5.677.646,49	8.216.278,79	1.686.174,44	181.936,45	238.335,50	102.680,97	2.786.946,21	18.889.998,85
Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(3.214.090,16)	(1.493.473,64)	(150.116,47)	(234.852,76)	(102.680,97)		(5.195.214,00)
Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.002.188,63	192.700,80	31.819,98	3.482,74	0,00	2.786.946,21	13.694.784,85

2022

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.686.174,44	181.936,45	238.335,50	102.680,97	2.786.946,21	18.889.998,85
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(3.214.090,16)	(1.493.473,64)	(150.116,47)	(234.852,76)	(102.680,97)		(5.195.214,00)
Período	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.002.188,63	192.700,80	31.819,98	3.482,74	0,00	2.786.946,21	13.694.784,85
	Aquisições			9.613,68				18.361,43	27.975,11
	Alienações								
	Depreciações do período		(149.219,31)	(35.179,76)	(10.909,71)	(1.793,87)			(197.102,65)
Fim do período	Outras alterações								
	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.695.788,12	181.936,45	238.335,50	102.680,97	2.805.307,64	18.917.973,96
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(3.363.309,47)	(1.528.653,40)	(161.026,18)	(236.646,63)	(102.680,97)		(5.392.316,65)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	4.852.969,32	167.134,72	20.910,27	1.688,87	0,00	2.805.307,64	13.525.657,31

6 - Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Classe de activos \ Valores apurados		Programas de computador
Início do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	-8.906,56
	Quantia líquida escriturada	0,00
Período	Aquisições	
	Alienações	
	Amortizações do período	
	Perdas por imparidade	
	Revalorizações	
	Outras alterações	
Fim do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	-8.906,56
	Quantia líquida escriturada	0,00

7 - Ativos biológicos

Dada a uma das valências da SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL, a Agricultura, os ativos biológicos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	2023	2022
<u>De Produção</u>		
- Plantações de pinhal manso	477.183,40	477.183,40
- Plantações de pinhal bravo	28.730,00	28.730,00
TOTAL	505.913,40	505.913,40

8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, os inventários têm a seguinte composição:

Descrição	2023				2022			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	156.256,81	1.214.994,96	-1.136,42	163.259,16	166.148,95	1.144.739,57	-1.773,26	156.256,81
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	66.208,69	414.463,26		70.461,75	58.034,27	353.276,32		66.208,69
Subtotal	222.465,50	1.629.458,22	-1.136,42	233.720,91	224.183,22	1.498.015,89	-1.773,26	222.465,50
Total	222.465,50	1.629.458,22	-1.136,42	233.720,91	224.183,22	1.498.015,89	-1.773,26	222.465,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.617.066,39				1.497.960,35

As “Mercadorias” destinam-se a ser comercializadas na farmácia da Instituição.

As “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” destinam-se a ser consumidas nos Lares José Godinho Jacob, Emília Matos, Rainha Santa Isabel e Valência Apoio Domiciliário.

Os “Ativos biológicos”, conforme mencionado na nota 7 do presente Anexo, referem-se a plantações de pinhal manso e bravo.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de 1.617.066,39 €.

9 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2023			31-12-2022		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes conta corrente	120,00		120,00	77.108,07		77.108,07
Utentes conta Corrente	19.251,87		19.251,87	20.471,51		20.471,51
Clientes e utentes cobrança duvidosa	95.434,92	(95.434,92)	0,00	110.892,26	(110.892,26)	0,00
TOTAL	114.806,79	(95.434,92)	19.371,87	208.471,84	(110.892,26)	97.579,58

A rubrica de “Clientes e utentes cobrança duvidosa” contempla as dívidas em mora de 6 até 12 meses, de 12 até 18 meses, de 18 até 24 meses e há mais de 24 meses.

10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2023	31-12-2022
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado	1.445,51	21.887,47
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	8.194,50	9.462,25
Imposto sobre o valor acrescentado	6.356,75	44.942,51
Contribuições para a Segurança Social	38.485,44	37.240,41
TOTAL	53.036,69	91.645,17

A Instituição tem cumprido as suas obrigações fiscais com regularidade.

11 - Outras contas a receber - correntes

Em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber correntes	31-12-2023			31-12-2022		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	93.722,68		93.722,68	68.987,01		68.987,01
Outros devedores	115.746,14		115.746,14	102.301,23	(9.389,66)	92.911,57
Pessoal						
Fornecedores c/c						
TOTAL	209.468,82		209.468,82	171.288,24	(9.389,66)	161.898,58

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde essencialmente às participações a receber no exercício seguinte, de entidades da farmácia e outras receitas.

O saldo da rubrica “Outros devedores” contempla 61.244,66 € da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Alentejo e 51.085,94 €, referente a rendas dos Prédios rústicos e urbanos e outros devedores a receber no exercício seguinte.

12 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2023	31-12-2022
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	8.421,61	7.340,40
TOTAL	8.421,61	7.340,40
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos a reconhecer	68.032,43	93.933,78
TOTAL	68.032,43	93.933,78

Gastos a reconhecer dizem respeito, essencialmente, a seguros, trabalhos especializados e rendas e alugueres.

Rendimentos a reconhecer dizem respeito ao valor de 61.244,66 € a participar pelo Programa Operacional Regional do Alentejo 2020, e 6.787,77 € de rendas e quotizações.

13 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	18.473,37	69.093,71
Depósitos à ordem	293.182,58	260.395,98
Outros depósitos bancários	650.000,00	650.000,00
TOTAL	961.655,95	979.489,69

14 - Imparidade de ativos

O resumo dos ativos em imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, decompõe-se da seguinte forma:

Imparidade em ativos financeiros ao custo menos perda por imparidade	31-12-2023				31-12-2022			
	Perdas por imparidade	Reconhecimento	Desreconhecimento /Reversões	Total	Perdas por imparidade	Reconhecimento	Reversões	Total
Dívidas a receber de clientes e utentes	110.892,26	14.110,95	29.568,29	95.434,92	98.836,51	24.469,40	12.413,65	110.892,26
Outros devedores	9.389,66		9.389,66	0,00	7.355,28	2.034,38		9.389,66
Total	120.281,92	14.110,95	38.957,95	95.434,92	106.191,79	26.503,78	12.413,65	120.281,92

15 - Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios ao investimento são:

Descrição	Valor do subsídio	Início	Taxa depreciação ativo	Subsídios por reconhecer 31-12-2023
Lar Rainha Sta Isabel	230.000,00	2010	2,00%	165.600,00
Subsídio IFAP-Proder	233.213,29	2014	10,00%	23.321,31
Subsídio IFAP-Proder	129.934,20	2015	10,00%	12.993,42
Lar José Godinho Jacob	1.656.579,53			1.656.579,53
	2.249.727,02			1.858.494,26

Estes são considerados rendimento do exercício em função das depreciações praticadas.

Os subsídios IFAP-PRODER dizem respeito a projectos florestais implementados na Herdade de Cachopos.

16 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2023		31-12-2022	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral Depósitos	138.888,88	555.555,68	138.888,88	694.444,56
TOTAL	138.888,88	555.555,68	138.888,88	694.444,56

Os financiamentos correntes e não correntes dizem respeito ao empréstimo contratado junto da *Caixa Geral de Depósitos* em 2008, o qual vence em 2028.

Associado ao empréstimo bancário, existe uma garantia colateral real (hipoteca) sobre o próprio imóvel (Rainha Santa Isabel), no montante de 2.500.000€.

17 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2023	31-12-2022
Fornecedores c/c		
Gerais	107.233,65	133.555,85
TOTAL	107.233,65	133.555,85

18 - Outras contas a pagar - correntes

Em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2023	31-12-2022
Pessoal		72,48
Fornecedores de investimentos		84.758,86
Credores por acréscimos de gastos	257.166,21	212.756,88
Outros credores	93.422,00	281.210,75
Clientes / Utentes		
TOTAL	350.588,21	578.798,97

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” corresponde essencialmente à estimativa de férias e subsídio de férias e outros gastos a liquidar no exercício seguinte.

Outros credores referem-se a valores à guarda de utentes e crédito da Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

19 - Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Investimentos noutras empresas	4.251,44	4.571,04
Outros investimentos financeiros	18.474,45	30.175,85
TOTAL	22.725,89	34.746,89

A rubrica de “Outros investimentos financeiros” corresponde essencialmente a participações de capital, obrigações, as quais se encontram valorizadas pelo valor nominal, e Fundos de compensação.

20 - Fundos patrimoniais:

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6.034.992,02	0	0	6.034.992,02
Excedentes técnicos		0	0	
Reservas	5.641.931,39	104.773,92	0	5.746.705,31
Resultados transitados	184.767,38	104.773,92	104.773,92	184.767,38
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.028.374,44	12.790,10	42.273,28	1.998.891,26
Resultado Líquido do Período	104.773,92	249.689,76	104.773,92	249.689,76
TOTAL	13.994.839,15	472.027,70	251.821,12	14.215.045,73

As variações na rubrica de “Outras variações nos fundos patrimoniais” verificaram-se com subsídios de 12.790,10 € do POR Alentejo 2020 e transferência para a conta de “Outros rendimentos e ganhos” da parte correspondente às depreciações efectuadas no exercício, respeitantes a subsídios ao investimento e doações recebidas.

21 - Provisões

No exercício de 2023, não existem provisões reconhecidas.

22 - Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2023	31-12-2022
Vendas		
- Mercadorias	1.719.835,91	1.636.217,58
- Activos Biológicos	334.292,90	232.450,12
	2.054.128,81	1.868.667,70
Prestações de Serviços		
- Quotizações	1.089.681,94	1.011.578,82
- Serviços farmacêuticos	6.621,09	3.678,08
- Cedência de exploração	22.870,00	25.610,00
	1.119.173,03	1.040.866,90
TOTAL	3.173.301,84	2.909.534,60

As mercadorias são produtos farmacêuticos comercializados pela farmácia da Santa Casa.

Os ativos biológicos referem-se a produtos silvícolas extraídos das herdades da Instituição, tais como cortiça, pinha, pinheiros e sobreiros.

Relativamente às Quotizações estas dizem respeito às mensalidades dos utentes das valências Lar e Apoio ao domicílio.

Cedência de exploração:

- Exploração Cínegética 10.870,00
- Exploração de Praça de Touros 12.000,00

23 - Subsídios, doações e legados à exploração

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCÁCER DO SAL beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2023	31-12-2022
Do Estado e outros entes públicos		
- Centro Regional Segurança Social	818.599,82	794.145,19
- Centro Nacional de Pensões	720,65	550,00
- Câmara Municipal de Alcácer do Sal	0,00	0,00
	819.320,47	794.695,19
De outras entidades		
- IFAP	8.316,61	26.597,16
- IEFP	466,36	5.695,75
- Instituto Segurança Social	0,00	502,96
- IAPMEI	0,00	4.256,00
	8.782,97	37.051,87
TOTAL	828.103,44	831.747,06

Os subsídios recebidos e mencionados neste quadro, estão de acordo com os protocolos celebrados entre a Instituição e as respectivas entidades.

24 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2023	31-12-2022
Subcontratos	12.025,00	24.310,00
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	40.755,54	48.179,85
Publicidade e propaganda		736,34
Vigilância e segurança	1.214,34	1.131,19
Honorários	41.425,14	36.685,25
Comissões	533,21	437,94
Conservação e reparação	67.337,07	63.918,80
Serviços bancários	3.606,33	3.044,41
Outros		
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	27.603,32	15.338,96
Livros e documentação técnica		5,00
Material de escritório	4.846,57	7.734,52
Artigos para oferta	68,90	
Outros	30.034,97	24.153,48
Energia e fluidos		
Electricidade	21.228,78	26.185,90
Combustíveis	10.554,30	12.610,07
Água	36.015,81	32.906,40
Outros	49.563,00	53.570,42
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	7.518,43	5.123,25
Transportes de mercadorias	720,40	527,70
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	2.533,34	6.717,04
Comunicação	15.759,48	14.646,39
Seguros	9.321,39	8.934,32
Contencioso e notariado	387,04	682,28
Despesas de representação	479,97	63,10
Limpeza, higiene e conforto	149,95	25,01
Outros serviços	106.206,48	87.645,36
TOTAL	489.888,76	475.312,98

25 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2023	31-12-2022
Remunerações do pessoal	1.555.372,14	1.420.816,66
Benefícios pós-emprego		
Para planos de contribuições definidas - outros	110,62	730,42
Indemnizações	6.028,74	5.633,70
Encargos sobre remunerações	318.222,05	291.622,55
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	15.792,78	14.650,63
Gastos de ação social	5.955,50	5.619,50
Outros gastos com pessoal	30.254,40	16.040,32
Dos quais:		
Gastos com formação	500,00	40,00
Gastos com fardamento	16.918,16	0,00
Outros gastos	12.836,24	15.982,61
TOTAL	1.931.736,23	1.755.113,78

O número médio de pessoas que colaboraram com a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 foram as seguintes:

2023 = 117 funcionários

2022 = 115 funcionários

26 - Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos suplementares Aluguer de equipamento		
Outros rendimentos suplementares	64.031,22	54.545,05
Cedência de energia	1.373,02	737,44
Cedência de água e outros	3.147,18	324,98
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.550,61	1.037,15
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros Alienações		
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento	299.329,74	285.422,81
Outros	188.041,71	68.011,82
TOTAL	557.473,48	410.079,25

Descrição da rubrica “Outros”:

- Regularizações	1.356,34 €	
- Imputação de subsídios ao investimento		42.273,28 €
- Indemnizações	382,69 €	
- Donativos		33.130,30 €
- Outros	<u>110.899,10 €</u>	
		<u>188.041,71 €</u>

27 - Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2023	31-12-2022
Impostos	3.713,08	3.671,36
Dívidas incobráveis	426,52	
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	1.916,66	0,00
Donativos	1.714,30	1.400,00
Quotizações	14.627,97	14.233,52
Perdas em instrumentos financeiros	319,60	0,00
Outros não especificados	29.378,40	68.776,50
Subtotal	47.956,93	88.081,38
TOTAL	52.096,53	88.081,38

A rubrica “Outros não especificados” refere-se essencialmente aos gastos em comum com a Associação de Socorros Mútuos e Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

28 - Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2023	31-12-2022
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	10.582,75	89,88
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	168,75	179,80
TOTAL	10.751,50	269,68

29 - Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2023	31-12-2022
Juros suportados		
Financiamentos bancários	27.027,47	3.950,28
Outros	38,42	1.005,81
TOTAL	27.065,89	4.956,09

30 - Acontecimentos após data de Balanço

Não se verificaram acontecimentos relevantes entre a data do fecho e a data da aprovação das contas.

Assim, à data de emissão deste relatório não são conhecidos eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

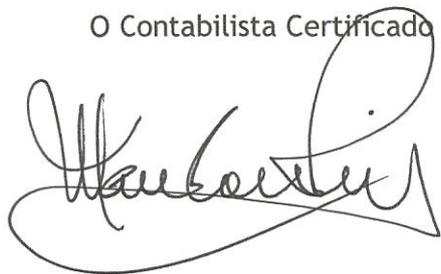
31 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

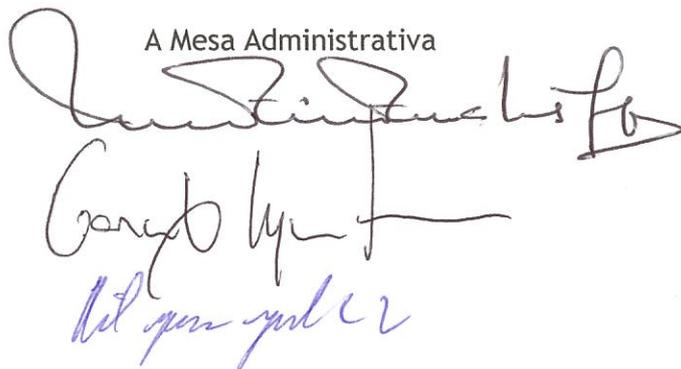
Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Alcácer do Sal, 19 de Março de 2024

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



D. Zebora G. R. b
A T A L



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 15.488.381 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.215.046 euros, incluindo um resultado líquido de 249.690 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização

Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2024

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

[Assinatura Qualificada]

Carlos Manuel Charneca

Moleirinho Grenha

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Carlos
Manuel Charneca Moleirinho Grenha
Dados: 2024.03.22 10:36:35 Z

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877